

**COMISSÃO DE CIÊNCIA E TECNOLOGIA, COMUNICAÇÃO E
INFORMÁTICA**

**SUBSTITUTIVO AO PROJETO DE LEI Nº 29, DE 2007
(Apos os Projetos de Lei nº 70, de 2007, nº 332, De 2007, e nº 1.908,
de 2007)**

(Do Sr. Jorge Bittar)

Dispõe sobre a comunicação
audiovisual social eletrônica de
acesso condicionado e dá outras
providências.

EMENDA MODIFICATIVA nº

Dá-se ao parágrafo 1º do artigo 10 a seguinte redação:

Art. 10 (...)

§ 1º Os produtores de conteúdo nacional, programadoras e
empacotadoras deverão depositar e manter atualizada junto à Agência
Nacional do Cinema – ANCINE a relação com a identificação dos
profissionais de que trata o caput deste artigo, bem como os documentos
societários das pessoas jurídicas envolvidas em sua cadeia de controle,
demonstrando quem são os titulares de suas cotas ou ações. Estes documentos
ficarão disponíveis ao conhecimento público, inclusive pela rede mundial de
computadores.

JUSTIFICAÇÃO

A Medida Provisória 2.228-1, de 8 de setembro de 2001, que criou a Agência
Nacional de Cinema – ANCINE além de definir obra cinematográfica e
videofonográfica brasileira, programadora e programação nacional atribuiu a
esta Agência a competência de fiscalizar o cumprimento da legislação
referente à atividade cinematográfica e videofonográfica nacional e
estrangeira nos diversos segmentos de mercado conforme o disposto no seu
inciso II do artigo 7º.

Com base no acima mencionado, uma primeira modificação no presente parágrafo se faz necessária. Diante da criação do órgão regulador de conteúdo audiovisual, entendemos que o mesmo deva ser mencionado expressamente no texto acima. Logo, propomos a substituição da expressão “no órgão regulador do audiovisual” por “junto à Agência Nacional do Cinema – ANCINE”.

Outra alteração necessária, diz respeito à competência fiscalizatória da ANCINE quanto ao cumprimento da legislação referente à atividade cinematográfica e videofonográfica nacional e estrangeira nos diversos segmentos de mercado. A comprovação da nacionalidade brasileira ou estrangeira dos profissionais de que trata este artigo, bem como das empresas produtoras e programadoras, somente se dará mediante a apresentação dos documentos das pessoas jurídicas envolvidas em sua cadeia de controle.

Desta feita, sugerimos a aceitação da proposta apresentada.

Sala das Comissões, 19 de dezembro de 2007.

RICARDO BARROS
Deputado Federal (PP-PR)